

HABEAS CORPUS Nº 548.641 - MT (2019/0357074-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **MARCOS VINICIUS ALMEIDA GUERRA**
ADVOGADO : **MARCOS VINICIUS ALMEIDA GUERRA - MT023483**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**
PACIENTE : **VAGNER CORREIA DOS REIS (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de VAGNER CORREIA DOS REIS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso (HC n. 1017340-93.2019.8.11.0000).

Consta dos autos que, em 27/9/2019, o paciente teve a prisão preventiva decretada, pela prática, em tese, dos crimes de homicídio qualificado e de fraude processual (e-STJ fls. 60/64).

Contra isso a defesa apresentou pedido de liberdade provisória, o qual foi indeferido pelo Juízo de primeiro grau (e-STJ fls. 109/110).

Irresignada, impetrou prévio *writ* na origem objetivando a revogação da custódia cautelar. O pedido de liminar foi, contudo, indeferido (e-STJ fls. 55/59).

No presente *habeas corpus*, a defesa alega carência de fundamentação idônea a amparar a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente, notadamente ante a ausência de indícios suficientes de autoria e o fato de ser o agente portador de condições pessoais favoráveis.

Também afirma não haver contemporaneidade entre a imposição da segregação provisória e os fatos impugnados ao custodiado.

Assim, requer, inclusive liminarmente, a concessão de alvará de soltura em favor do paciente.

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe

habeas corpus impetrado ante decisão que indefere o pedido de medida liminar na origem, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio *mandamus*, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio *mandamus*, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. *Agravo regimental improvido.* (AgRg no HC 345.456/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016, grifei.)

Dessa forma, entendo que a questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *writ* lá impetrado no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte Superior impedida de analisar as teses aqui suscitadas, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Ademais, não há se falar em flagrante constrangimento ilegal ou em manifesta teratologia no caso em questão, hábeis a permitir a superação do referido óbice processual, notadamente ao se verificar ter sido consignado, no decreto prisional, haver necessidade da imposição da prisão preventiva para preservação da instrução criminal.

Superior Tribunal de Justiça

Concluo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o *habeas corpus***.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator